

ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO DA CAPACIDADE REFLEXIVA COM A FORMAÇÃO EM GÊNERO E SEXUALIDADES DE GRADUANDOS(AS) EM PEDAGOGIA DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA PAULISTA

SILVA, Matheus Estevão Ferreira da

Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Marília, e Faculdade de Ciências e Letras (FCL), UNESP, Campus de Assis

Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo de n.º 2017/013819

E-mail: matheus.estevao@unesp.br

Eixo: Psicologia da Educação: Processos Educativos e Desenvolvimento Humano

Resumo

Neste trabalho, apresentam-se resultados parciais de uma pesquisa que foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Essa pesquisa investigou a formação em gênero e sexualidades e ética, do ponto de vista do desenvolvimento moral, no contexto da formação inicial universitária pública paulista em Pedagogia. Como recorte, analisa-se, aqui, a relação entre a capacidade reflexiva de graduandos(as) em Pedagogia, que se referiu à sua formação ética, com suas concepções sobre os temas gênero e sexualidades. Para a coleta dos dados referentes à formação ética, utilizou-se o *Defining Issues Test 2* (DIT-2), instrumento quantitativo e validado de medida do juízo moral, enquanto para a coleta da formação em gênero e sexualidades utilizou-se um questionário aberto elaborado durante a pesquisa. Para a comparação entre as duas formações, recorreu-se à correlação estatística entre os dados coletados por ambos os instrumentos aplicados – após uma análise preliminar em que os dados coletados pelo questionário foram convertidos de natureza nominal para ordinal, tornando possível a correlação. Os resultados obtidos demonstraram não haver alguma diferença considerável entre os dois tipos de formação investigados, sem poder assegurar que quem teve melhores concepções sobre os temas representou uma melhor capacidade reflexiva. Apenas um índice do DIT-2 houve correlação significativa, o qual mensura quanto os sujeitos se utilizam de argumentos religiosos ortodoxos para a resolução dos dilemas desse instrumento. Assim, quanto mais ortodoxos, menos potenciais são concepções sobre gênero dos(as) participantes para subsidiar sua futura atuação profissional na escola junto aos temas e questões relacionadas. Discute-se a coerência desse resultado com os demais resultados encontrados na pesquisa.

Palavras-chave: Desenvolvimento moral; Gênero e sexualidades; Pedagogia.

Introdução

Este texto é resultante de uma pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) desenvolvida no contexto da formação inicial universitária

pública paulista em Pedagogia¹. Nela, teve-se como objetivo investigar se graduandos(as) em Pedagogia estão sendo preparados(as) para trabalhar com a diversidade sexual e de gênero na escola, ao mesmo tempo que identificar possíveis influências que interferem nesse processo formativo e, ainda, relacioná-lo à formação ética dos(as) mesmos(as) participantes.

De caráter iminentemente interdisciplinar, vinculando-se às seguintes temáticas e respectivos referenciais teóricos: 1) Educação em direitos humanos, 2) Estudos de Gênero e 3) Psicologia do Desenvolvimento Moral, a pesquisa foi desenvolvida em meio ao ápice de um conturbado cenário político educacional evidenciado entre os anos de 2014 e 2015. Nesse período, não apenas pesquisas recentes (JESUS, 2011; CASTRO, 2016; FIORINI, 2016) apontavam as dificuldades para efetivação da educação em direitos humanos junto aos temas relativos à diversidade, proposta educacional deferida legalmente, como também um árduo debate foi travado em nível nacional para a retirada dos termos *gênero* e *orientação sexual* dos Planos Municipais, Estaduais e Nacional de Educação, como pontuado em trabalho anterior (SILVA; BRABO; MORAIS, 2017).

Assim, no desenvolvimento da pesquisa, as temáticas de gênero e sexualidades foram abordadas como um problema da educação em direitos humanos (EDH), proposta educacional deferida legalmente no país desde 2006 (BRASIL, 2007; 2012; 2013). Centrada na orientação para a transformação social e formação de sujeitos de direitos, a proposta legal nacional da EDH também é orientada de modo a contemplar outras temáticas para além da temática homônima que seu nome carrega, tais como gênero e sexualidades, as quais devem ser desenvolvidas juntas aos e na perspectiva dos direitos humanos.

Logo, na perspectiva da EDH, abordar gênero e sexualidades é tratar dos direitos dos sujeitos que protagonizam ambas temáticas: mulheres e LGBTs, além de diversas outras questões que permeiam ambas temáticas. Em um dos documentos que prevê e normatiza essa educação no sistema educacional brasileiro, sendo ele o *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos* (PNEDH) (BRASIL, 2007; 2013, p. 21), sua redação aponta para, como um de seus objetivos, a superação de desigualdades afirmadas na história humana, caracterizadas pela “[...] intolerância étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre outras”.

¹ A pesquisa teve como título *Educação em direitos humanos, gênero e sexualidades, e desenvolvimento moral na formação docente: conhecimentos, concepções e condutas de graduandos(as) em Pedagogia de uma universidade pública do estado de São Paulo*, financiada pela FAPESP com vigência de 01/05/2017 a 31/12/2018 por meio do processo de n.º 2017/013819.

Argumentou-se, portanto, que quando essa proposta de educação é acompanhada dos referidos dois temas relativos à diversidade humana, ela tem ainda menos chances de ser efetivada no contexto escolar, tendo em vista que essa efetivação mantém relação de dependência com as compreensões que os(as) principais responsáveis pela sua abordagem dispõem sobre as temáticas: professores e professoras.

[...] ainda que, hoje, a educação em direitos humanos esteja prevista legalmente e em atividade nas instituições de ensino, muitos de seus aspectos gerais e específicos encontram-se em crise, como ocorre com a educação em valores. Isso se dá ao fato da educação em direitos humanos fomentar temas e conteúdos a serem desenvolvidos que oscilam em compreensão pela sociedade brasileira os quais, muitos deles, podem se tornar ameaçados na sua efetivação e até mesmo inexistentes. Não há como um professor ou professora oferecer e propiciar momentos de reflexão em sala, voltados para os valores que constituem os direitos humanos, quando esse(a) se demonstra contrário aos pressupostos trazidos por essa educação deferida no país quando direcionados para temas que não concorda (SILVA; BRABO; MORAIS, 2017, p. 1278-1279).

Nosso interesse em investigar a formação do(a) professor(a) erigiu da compreensão da posição privilegiada que esse(a) profissional ocupa para concretização da EDH nas instituições de ensino. Ou seja, o(a) professor(a) é um dos principais atores que se colocam entre o que prevê o campo normativo educacional – então o desenvolvimento da EDH orientada aos temas gênero e sexualidades – e a sua realização na escola. E isso adquire ainda mais relevância quanto ao(à) profissional de Pedagogia, uma vez que a escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, níveis de ensino encarregados à(ao) pedagoga(o), destaca-se por ser o primeiro “[...] agente de socialização coletivo para com a diversidade fora do seio familiar, em que a educação em direitos humanos tem início. Se desde lá essa educação é prejudicada ou desvirtuada, os preceitos previstos por essa educação, definitivamente, não se consolidarão” (SILVA; BRABO; MORAIS, 2017, p. 1279). Todavia, sua concretização depende tanto do conhecimento do(a) professor(a) sobre os temas como de sua disposição para com os respectivos grupos que os protagonizam.

Como exemplo, Castro (2016, p. 208, grifos nossos) traz o seguinte relato sobre o posicionamento de professoras perante a expressão da identidade de gênero de um aluno de uma escola de Educação Infantil:

Estava em uma escola de educação infantil e indo para a sala dos professores me deparei com a seguinte cena: um grupo de professoras fazendo comentários depreciativos em relação a um aluno que elas diziam ser ‘viadinho’. As ‘docentes’ [...] falavam, entre gargalhadas, que o *menino ficava igual a uma bichinha na fila de entrada e que quando crescesse não escaparia de ser gay*. Fiquei até com vergonha de ouvir as palavras delas em relação ao aluno.

Se formos considerar que os(as) professores(as) vivenciarão cotidianamente situações relacionadas a gênero e sexualidades na escola, a ética na formação desses(as) profissionais torna-se ainda mais necessária, visto que terão que julgar e intervir nessas situações. Porém, temas como gênero e sexualidade culturalmente oscilam em compreensão e sua abordagem na escola é permeada por polêmicas e resistências, inclusive por parte dos(as) docentes. Logo, seus juízos e ações nessas situações podem estar em consonância com a responsabilidade social e legal de sua profissão, conforme o campo normativo mencionado (BRASIL, 2007; 2012; 2013), ou partirem de uma perspectiva normatizadora, meramente hedonista em relação às suas crenças pessoais e com pouca capacidade reflexiva envolvida. Logo, a pesquisa teve como foco essa dimensão ética do trabalho do(a) pedagogo(a) com os temas de gênero e sexualidades na escola e, para tanto, buscou-se um olhar mais especializado sobre essa dimensão, recorrendo ao campo da Psicologia do Desenvolvimento Moral (BIAGGIO, 2006).

Dado o exposto sobre a proposta da pesquisa, sua metodologia compreendeu a aplicação de dois instrumentos, respectivos a cada aspecto da formação dos(as) participantes que se quis avaliar: um questionário (para a formação em gênero e sexualidades), instrumento quantitativo, porém que foi elaborado de forma a compor perguntas abertas e dilemas morais na proposta kohlberguiana (SILVA; MORAIS; BRABO, 2017); e do *Defining Issues Test 2* (DIT-2) (para a formação ética), instrumento quantitativo fechado e validado de medida do juízo moral (REST et al., 1999).

Os resultados concernentes a cada um desses aspectos investigados já se encontram divulgados em trabalhos anteriores (SILVA; BRABO; MORAIS, 2021; 2022; SILVA; MORAIS, BRABO, 2023). Assim, este texto apresenta resultados ainda não divulgados, os quais se referem à relação desempenhada entre essas duas formações. Assim, tem-se como objetivo analisar a relação entre a capacidade reflexiva de graduandos(as) em Pedagogia, que se referiu à sua formação ética avaliada do ponto de vista do desenvolvimento moral, com suas concepções sobre os temas gênero e sexualidades, que se referiam à sua formação sobre esses dois temas.

Metodologia

Foram convidados(as) para participar da pesquisa 120 graduandos(as) matriculados(as) no primeiro ano (inicial) e 120 matriculados(as) no quarto ano (final) de um curso de Pedagogia de uma Universidade pública paulista. Esse curso foi escolhido para participação por critério de conveniência. Aceitaram compor a amostra participante 165 sujeitos (N=165), 68,75%

dos(as) 240 graduandos(as) estimados(as), cuja configuração amostral atribuiu à investigação o desenho transversal.

Para coleta de sua formação ética, elegemos o constructo de desenvolvimento moral, no âmbito da abordagem cognitivo-evolutiva da Psicologia do Desenvolvimento Moral (BIAGGIO, 2006), que tem o psicólogo Lawrence Kohlberg (1927-1987) como seu maior representante. Esse autor (1992) forneceu um modelo de desenvolvimento teórico-explicativo sobre como se dá o respeito às regras ao longo da vida. Estudando a capacidade de emitir juízos baseados na justificação de diferentes pontos de vista, Kohlberg (1992) definiu seu modelo de desenvolvimento moral constituído por *três níveis* e *seis estágios*, hierárquicos e ausentes de retrocesso, com dois estágios correspondendo a cada nível: o nível *pré-convencional*, caracterizado por raciocínios autocêntricos; o nível *convencional*, por raciocínios sociocêntricos; e o nível *pós-convencional*, por raciocínios baseados em princípios éticos universalizáveis.

Na diferenciação de ética e moral, Bataglia e Bortolanza (2012, p. 127) esclarecem que “é possível considerarmos que, havendo diferentes níveis de desenvolvimento moral, a ética se relaciona a níveis mais evoluídos, uma vez que envolve a reflexão a respeito das regras e não necessariamente o seu cumprimento”, e no caso da teoria de Kohlberg, “os estágios pós-convencionais também permitem que pensemos na ética como uma superação do nível das regras para sua relativização em nome de princípios”.

O DIT-2, instrumento elaborado em 1998 por Rest e Narvaez (1998), que avalia o desenvolvimento do juízo moral, foi eleito para uso na pesquisa e foi aplicado com os 165 sujeitos, cuja versão utilizada do instrumento foi a validada e adaptada por Shimizu, Bataglia e Lepre (2009) no Brasil.

O DIT-2 baseia-se na chamada abordagem *neo-kohlberguiana* do desenvolvimento moral, que foi erigida por Rest et al. (1999) com base em 25 anos de pesquisa com uma versão anterior do instrumento, o DIT-1. Essa abordagem conserva a essência das principais ideias da teoria de Kohlberg, mas apresenta algumas diferenças elementares. Os autores (1999) traçam o desenvolvimento moral a partir de *esquemas* de desenvolvimento ao invés de estágios: o esquema de *Interesse Pessoal*, que corresponde aos estágios 2 e 3 de Kohlberg, o de *Manutenção das Normas*, derivado do estágio 4 de Kohlberg, e o *Pós-Convencional*, que engloba os estágios 5, dividido nos subestágios 5A e 5B, e 6. Enquanto na abordagem kohlberguiana o desenvolvimento moral ocorre abruptamente de um estágio para outro, na abordagem neo-kohlberguiana ele se dá por meio de mudanças graduais no uso e preferência por pensamentos morais mais desenvolvidos. Assim, não se trata de enquadrar as pessoas em

certo estágio, mas de analisar o grau com que utilizam diferentes tipos de raciocínios morais diante das situações com as quais se deparam.

Já para coleta da formação em gênero e sexualidades, recorremos a um questionário, aplicado junto ao DIT-2. Esse questionário, como mencionado, foi composto por perguntas abertas e dilemas morais. As perguntas foram inseridas no questionário para extração das concepções (e, por conseguinte, dos conhecimentos que constituem essas concepções) que os sujeitos dispõem sobre as temáticas. Esse questionário teve elaboração criteriosa durante a pesquisa² (SILVA; MORAIS; BRABO, 2017).

Duas dessas perguntas questionavam o(a) respondente sobre o que pensam a respeito de gênero e sexualidades e, assim, a partir das respostas que emitiam, pôde-se extrair as suas concepções sobre tais temas. Para tanto, empregou-se a técnica de análise categorial da Análise de Conteúdo (AC) (BARDIN, 2016). Com ela, pudemos identificar os significados atribuídos pelas(os) participantes ao conceito de gênero, gerando-se categorias criadas a partir de *indicadores*, sendo escolhidos os do *tipo tema*. Assim, cada uma das categorias geradas por meio da AC referiu-se a uma concepção diferente das(os) graduandas(os) sobre o conceito de gênero e sexualidades, com sua identificação respaldando-se na produção da literatura consultada. Tanto os resultados referentes à formação ética, avaliada pelo DIT-2, como à formação em gênero e sexualidades, avaliada pelo questionário, já foram divulgadas em trabalhos anteriores (SILVA; BRABO; MORAIS, 2021; 2022; SILVA; MORAIS, BRABO, 2023).

Finalmente, para analisar a relação desempenhada entre essas duas formações, que foi um dos objetivos específicos da pesquisa, recorre-se à única forma considerada válida diante dos dados coletados: a *correlação estatística*, em razão, principalmente, dos dados da formação ética pelo DIT-2 se tratarem de dados de natureza intervalar. O tratamento estatístico dos dados coletados na pesquisa empírica depende da natureza da variável, sendo possível a geração de quatro tipos de variáveis: nominal (categórica), ordinal, intervalar e de razão. Respectivamente, uma variável se demonstra como: nominal, quando não há qualquer tipo de ordenação ou hierarquia em uma escala; ordinal, quando há uma relação de ordem e hierarquia, isto é, torna-se possível o emprego de uma escala; intervalar, similar ao ordinal, mas que não há um ponto

² A elaboração foi feita com base em quatro procedimentos: com base nos 1) resultados obtidos em duas sessões de grupo focal com graduandas(os) do mesmo curso que ambientou a pesquisa, momento precedente do trabalho de campo; na 2) literatura consultada dos temas abordados pelo instrumento, gênero e sexualidades; 3) nos questionamentos de dois juízes de instrumento; e na 4) aplicação de um teste piloto do questionário.

zero inicial (ou zero absoluto); e de razão, quando há um ponto zero inicial, ou seja, o ponto em que o dado em questão se inicia (LIRA; NETO, 2006).

Dessa forma, a abordagem utilizada para a análise dos dados da pesquisa foi qualitativa, em que os dados foram mensurados nos níveis: nominal ou categórica (dados coletados pelo questionário); intervalar, para a avaliação do desenvolvimento do juízo moral (dados coletados pelo DIT-2); e ordinal, para a verificação da relação entre as concepções e o desenvolvimento moral (dados coletados por ambos os instrumentos). Então, pelos dados nominais do questionário, as concepções foram transformadas em dados ordinais (antes apenas nominais), atribuindo-se diferentes valores ou postos a qualidade das respostas e/ou argumentações dos participantes da pesquisa. A atribuição da qualidade dessas respostas foi realizada a partir do referencial teórico referente à literatura de gênero e sexualidades consultada.

Feita essa conversão, utilizou-se do *Coeficiente de correlação de postos de Spearman*, teste estatístico de medida não paramétrica de correlação de postos (variáveis). Os dados gerados pelo Spearman referem-se a um coeficiente, representado pelo símbolo ρ , assumindo valores que variam entre -1 e 1. $\rho = 1$ Significa uma correlação perfeita positiva entre as duas variáveis. $\rho = -1$ Significa uma correlação negativa perfeita entre as duas variáveis - Isto é, se uma aumenta, a outra sempre diminui. Visto que o resultado varia entre -1 e 0 ou 1 e 0, na interpretação do coeficiente (ρ), utiliza-se do seguinte parâmetro: 0,9 para mais ou para menos indica uma correlação muito forte; 0,7 a 0,9 positivo ou negativo indica uma correlação forte; 0,5 a 0,7 positivo ou negativo indica uma correlação moderada; 0,3 a 0,5 positivo ou negativo indica uma correlação fraca; 0 a 0,3 positivo ou negativo indica uma correlação desprezível. Desse modo, sendo cada posto do coeficiente um aspecto da formação investigada, valor do coeficiente que fosse gerado significaria a relação desempenhada entre eles, isto é, a relação da formação ética com a formação em gênero e sexualidades de graduandos(as) em Pedagogia participantes.

Resultados e discussão

A questão do questionário que concernia ao que pensam os sujeitos sobre o tem gênero foi: “O que você compreende por gênero? Ou seja, o que é gênero para você?”. Feita a análise das respostas, geraram-se cinco categorias a partir da técnica de AC, cada categoria sendo uma concepção diferente sobre o conceito de gênero: gênero em concepção 1) polissêmica; 2) biologizante e religiosa; 3) funcionalista; 4) identitária; e 5) associada à sexualidade (SILVA; BRABO; MORAIS, 2021). As concepções com menor valor foram consideradas menos

potenciais para subsidiarem o trabalho do(a) pedagogo(a) junto ao tema na escola, enquanto as com maior valor foram consideradas mais potenciais. Considerou-se, como mais potencial, aquela que mais se alinha com a perspectiva *feminista*, para fundamentar a formação em gênero das(os) docentes responsáveis pela educação escolar, devido ao seu caráter potencialmente emancipatório e crítico:

Assim, quanto mais a concepção da(o) docente sobre gênero for constituída por conhecimentos científicos emancipatórios – no caso, provindo de uma ciência com projeto emancipatório preferencialmente feminista –, mais chances sua conduta, então oriunda dessa concepção, tem em ser satisfatória no tratamento da diversidade sexual e de gênero na escola e no desenvolvimento de um trabalho que aborde a temática (SILVA; BRABO; MORAIS, 2021, p. 6).

Então, a natureza nominal desses dados foi convertida para a ordinal, atribuindo-se valores (de 1 a 5, de acordo com a quantidade de categorias que foram formadas, em que 1 se trata da concepção menos potencial e 5 se trata da mais potencial), como mostra o esquema a seguir:

CONVERSÃO ORDEM CATEGÓRICA PARA ORDEM NOMINAL

1. Gênero em concepção biológica, como sinonímia de sexo e frequente associação ao discurso religioso (1 = 1)
2. Gênero como identidade pessoal, escolhida ou identificada, e orientado às identidades historicamente afirmadas ou para além delas (2 = 4)
3. Gênero na sua aceção acadêmica clássica funcionalista" (3 = 4)
4. Gênero na polissemia da palavra (4 = 3)
5. Gênero associado ao desejo sexual (5 = 2)

Assim, dito de outra forma, recorreu-se classificação das concepções atribuindo-lhes valores ordinais concernentes à qualidade dessas concepções, da pior (que se chamou de menos potencial) à melhor (que se chamou de mais potencial). Com isso, criou-se a escala a partir das categorias geradas pela Análise de Conteúdo (AC) e as quais permitiram a correlação estatística pretendida, como mostra o esquema acima.

Após essa conversão, aplicou-se o Coeficiente de Spearman para verificação das possíveis relações entre as variáveis cruzadas: desenvolvimento moral e concepção de gênero. O resultado obtido foi inserido na tabela confeccionada e disposta a seguir, segundo os índices que o DIT-2 mensura.

Tabela 1 – Relações entre as qualidades do desenvolvimento do juízo moral e das concepções sobre o conceito de gênero de graduando(as) em Pedagogia

		Score
Pós-Convencional	Correlação (Spearman)	0,056

(Índice P)	Significância	0,602
Interesses pessoais	Correlação (Spearman)	0,050
(Estágios 2/3)	Significância	0,643
Manutenção das	Correlação (Spearman)	-0,035
normas (Estágio 4)	Significância	0,743
N2 score	Correlação (Spearman)	0,098
	Significância	0,359
Ortodoxia Religiosa	Correlação (Spearman)	-0,262
	Significância	0,013

Fonte: Dados da pesquisa

Com base na tabela, verificou-se correlações interessantes ao escopo da pesquisa, porém, não houve significância estatística na maioria delas. Verificou-se apenas que no índice Ortodoxia Religiosa do DIT-2, houve Correlação negativa ($\rho=-0,262$), fraca, mas significativa ($t=0,013$) estatisticamente. Argumenta-se que, a partir desse resultado, quanto mais os sujeitos se utilizam de argumentos religiosos ortodoxos para a resolução dos dilemas, pior as concepções sobre gênero.

Esse é um resultado de alta relevância para o momento político contemporâneo em que gênero e demais tópicos relacionados a diversidade humana, bem como os próprios direitos humanos, mantêm-se ameaçados. Dessa forma, há de se ter em vista a recente incursão de instituições e grupos religiosos na conjuntura política, inclusive educacional, do país, em que temas como gênero e sexualidade têm sido suprimidos da redação de documentos oficiais de Educação a partir dessa incursão. Esse fato se refere à retirada dos termos *gênero* e *orientação sexual* da redação do *Plano Nacional de Educação* (PNE) (BRASIL, 2014), em um debate travado a nível nacional entre os anos de 2014 e 2015, e, em tempo mais recente, à supressão dos termos *gênero*, *sexualidades* e quaisquer outras questões que fomentem a cidadania LGBT na redação da *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC), também em um polêmico debate marcado pela forte presença de setores ultraconservadores e de grupos religiosos. Segundo Furlani (2016), desse contexto emergiu a narrativa intitulada “ideologia de gênero”, muito presente durante o episódio do PNE, que é sustentada em confusões teóricas e usos inadequados dos estudos de gênero, elaborada por tais grupos para assustar e desinformar a sociedade civil e de deslegitimar e ridicularizar os estudos de gênero e pessoas que se beneficiam e se dedicam ao estudo do tema.

A questão do questionário que concernia ao tema de sexualidades foi: “O que você compreende por sexualidade? Ou seja, o que é sexualidade para você?”. Feita a análise das respostas, geraram-se seis categorias: sexualidade em concepção de 1) sexo; 2) desejo; 3) prazer; 4) identidade; e 5) direito.

CONVERSÃO ORDEM CATEGÓRICA PARA ORDEM NOMINAL

1. Sexualidade confunde-se com gênero, além de estar relacionada ao sexo biológico, identificação com o sexo (sexualidade é desejo, hormônio, social) escolha do desejo (1 = 1)
2. Descoberta, autoconhecimento e aceitação do corpo e desejo sexual (2 = 4)
3. Ato sexual, relação sexual, cópula, não é só atração, mas na culminação dela, colocar o desejo em prática, com frequente associação à prática heterossexual (3 = 2)
4. Manifestação (orientação) ou escolha (opção) do desejo sexual, erotismo, instinto e comportamento sexual do indivíduo, junto ao sentimento (4 = 3)
5. Liberdade, direito sobre o próprio corpo e desejo sexual (5 = 5)

Com a conversão, aplicou-se novamente o Coeficiente de Spearman para verificação das possíveis relações entre as variáveis cruzadas: desenvolvimento moral e concepção de sexualidades.

Tabela 2 – Relações entre as qualidades do desenvolvimento do juízo moral e das concepções sobre o conceito de sexualidade de graduando(as) em Pedagogia

		Score
Pós-Convencional (Índice P)	Correlação (Spearman)	0,014
	Significância	0,899
Interesses pessoais (Estágios 2/3)	Correlação (Spearman)	0,035
	Significância	0,758
Manutenção das normas (Estágio 4)	Correlação (Spearman)	0,097
	Significância	0,394
N2 score	Correlação (Spearman)	0,006
	Significância	0,961
Ortodoxia Religiosa	Correlação (Spearman)	-0,034
	Significância	0,767

Fonte: Dados da pesquisa

A partir da tabela confeccionada a partir dos resultados obtidos com a Correlação, verificou-se que não houve significância em nenhum dos scores obtidos, assim, nenhum tipo de relação, positiva ou negativa entre os dados analisados mostraram-se passíveis de alguma

constatação apurada a respeito das possíveis relações e correspondências entre o conceito de sexualidade e a qualidade do juízo moral, seu nível e adesão de esquemas.

Considerações finais

Neste texto, buscou-se analisar a relação entre dois aspectos da formação do(a) futuro(a) pedagogo(a) que consideramos importantes para sua atuação profissional: ética, pelo desenvolvimento moral, e em gênero e sexualidades, pelas suas concepções acerca dos dois temas. Não foram encontrados resultados substanciais que atestassem alguma diferença considerável entre os dois tipos de formação: em apenas um índice do DIT-2 houve correlação significativa, enquanto nos índices que mensuravam a preferência por argumentos de nível pré-convencional, convencional e pós-convencional as correlações não demonstraram significância estatística.

Em outras palavras, não se encontrou relação significante entre a qualidade das concepções em gênero e sexualidades e a capacidade reflexiva medida pelo juízo moral, de modo que quem tivesse melhores concepções representasse uma melhor capacidade reflexiva. Ainda assim, pôde-se afirmar categoricamente a respeito da influência desse agente na formação dos sujeitos participantes, que é o vínculo religioso, de modo a ser possível inferir que o vínculo e a formação religiosa deslegitimam e coíbem a formação profissional do sujeito que se encontra em estado de formação inicial em Pedagogia. Não obstante, esses resultados foram coerentes com os referidos outros resultados divulgados em outros trabalhos, quando se comparou as formações ética com o vínculo religioso e a formação em gênero e sexualidades com essa mesma variável (SILVA; BRABO; MORAIS, 2021; SILVA; MORAIS, BRABO, 2023).

Logo, os resultados, principalmente os coletados com o DIT-2, têm demonstrado que a religiosidade, tanto o vínculo como a prática religiosa, influencia de modo negativo na formação ética dos(as) graduandos(as). E isso atesta o fenômeno observado no âmbito das políticas públicas educacionais (FURLANI, 2016) – ou pelo menos contribui para um diagnóstico nesse sentido, que questiona a qualidade da formação ética dos sujeitos envolvidos na elaboração dessas políticas. No caso de professores(as) em estado de formação inicial, esses(as) podem se sentir legitimados pela conjuntura política e interromperem qualquer possibilidade de desenvolvimento de sua capacidade reflexiva oferecida no curso e, mais do que isso, de sua capacidade reflexiva especificamente sobre os temas gênero e sexualidades. Com esse resultado da influência da religiosidade mostrando-se preocupante, encoraja-se o

desenvolvimento de mais pesquisas que atenham-se a tal fenômeno, tanto no contexto da formação em Pedagogia como em outros.

Com a conclusão da pesquisa aqui tratada, desenvolvemos uma pesquisa seguinte de Mestrado proposta como sua continuidade³, dando prosseguimento a um Programa de Pesquisa para obter maiores contribuições sobre o estado dessa formação investigada e pistas de como melhorá-la. Nessa pesquisa seguinte, agora com vistas à formação do(a) psicóloga(a) junto à formação da(o) pedagoga(o), também se considerou a variável curricular das graduações participantes, analisando se seu currículo e Projeto Político-Pedagógico possibilitam uma formação ética, em gênero e sexualidades ao longo do curso e viabilizam o que os documentos oficiais pertinentes orientam e estipulam. Uma última pesquisa⁴, agora em nível de Doutorado, segue em andamento em continuidade a essas duas pesquisas anteriores, dando continuidade ao referido Programa de Pesquisa e buscando atestar os resultados encontrados até então, que têm endossado o diagnóstico sobre a fragilidade das formações, ética, em gênero e sexualidades nos cursos de graduação investigados e a forte influência disso com a religiosidade dos(as) estudantes desses cursos.

Referências

BATAGLIA, P. U. R.; BORTOLANZA, M. R. Formação profissional e conceitos de moral e ética em estudantes de psicologia. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 126-140, 2012.

BIAGGIO, Angela Maria Brasil. **Lawrence Kohlberg: ética e educação moral**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BRASIL. Ministério da educação, conselho nacional de educação. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. **Estabelece diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos**. CNE/CP: Diário Oficial da União, Brasília, 2012.

BRASIL. **Plano nacional de educação em direitos humanos**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Ministério da Educação, UNESCO, 2007.

BRASIL. **Plano nacional de educação em direitos humanos**. 2. ed. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Ministério da Educação, UNESCO, 2013.

³ A pesquisa teve como título *Competência moral, gênero e sexualidades, e religiosidade na formação inicial pública paulista em Pedagogia e Psicologia*, e foi financiada pelo CNPq, processo de n.º 131735/2020-9 e vigência no período de 01/03/2020 a 31/10/2020, e pela FAPESP, processo de n.º 2020/05099-9 e vigência no período de 01/11/2020 a 31/01/2022.

⁴ Essa pesquisa atual tem como título *Gênero e sexualidades, desenvolvimento moral e religiosidade na formação inicial pública em Pedagogia e Psicologia de diferentes regiões brasileiras: estudos de casos múltiplos e validação de instrumentos*, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

CASTRO, Roney Polato de. Educação, relações de gênero e sexualidades: experiências de estudantes de pedagogia. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 25, n. 45, p. 203-214, jan./abr. 2016.

FIORINI, Jessica Sampaio. **Educação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental: currículo e práticas de uma escola pública da cidade de Marília-SP**. 2016. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Marília, 2016.

FURLANI, J. **“Ideologia de Gênero”?** Explicando as confusões teóricas presentes na cartilha”. Versão Revisada 2016. Florianópolis: FAED, UDESC. Laboratório de Estudos de Gênero e Família, 2016.

JESUS, Heyde Aparecida Pereira de. **Educação em direitos humanos e escola pública: um caminho a ser construído**. 2011. 255 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Marília, 2011.

KOHLBERG, Lawrence. **Psicologia del desarrollo moral**. Bilbao, Espanha: Editorial Desclee de Brower, 1992.

LIRA, S. A.; NETO, A. C. Coeficientes de correlação para variáveis ordinais e dicotômicas derivados do coeficiente linear de Pearson. **RECIE**, Uberlândia, v. 15, n. 1/2, p. 45-53, jan./dez., 2006.

REST, R. J.; NARVAEZ, D. **Guide for DIT-2: a guide using the Defining Issues Test, version 2 (“DIT-2”) and the scoring service of the Center for the Study of Ethical Development**. Minneapolis: Center for the Study of Ethical Development, 1998.

REST, J. R.; NARVAEZ, D.; BEBEAU, M. J.; THOMA, S. J. **Postconventional moral thinking: a neo-kohlbergian approach**. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 1999.

SHIMIZU, A. de M.; BATAGLIA, P. U. R.; LEPRE, R. M. **DIT-2 – Opiniões sobre Problemas Sociais** – reformulação da tradução e adaptação do Defining Issues Test-2 realizada por Biaggio, A. M. B., Shimizu, A. de M., & Martinez, T. M. (2001). Center for the Study of Ethical Development, 2009.

SILVA, M. E. F. da; BRABO, T. S. A. M.; MORAIS, A. de. Educação em direitos humanos e desenvolvimento moral na formação docente: a influência da religiosidade em tempos de “ideologia de gênero”. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 21, n. esp. 2, p. 1260-1282, nov., 2017.

SILVA, M. E. F. da; BRABO, T. S. A. M.; MORAIS, A. de. Gênero na formação em Pedagogia: concepções de futuras(os) docentes a partir de cinco conceitos. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 37, e234142, p. 1-22, 2021.

SILVA, M. E. F. da; BRABO, T. S. A. M.; MORAIS, A. de. Gênero na formação em Pedagogia: concepções de futuras(os) docentes a partir de cinco conceitos. **Dialogia**, v. 41, e22463, p. 1-24, 2022.

SILVA, Matheus Estevão Ferreira da; MORAIS, Alessandra de; BRABO, Tânia Sueley Antonelli Marcelino. Questionário. 9 f. **Questionário – temas transversais na formação inicial docente**. 2017. Questionário elaborado referente à pesquisa de Iniciação Científica (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Marília; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), São Paulo, 2017.

SILVA, M. E. F. da; MORAIS, A. de; BRABO, T. S. A. M.; Formação ética de graduandos(as) em Pedagogia: um estudo transversal utilizando o Defining Issues Test-2 (DIT-2). **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 34, 2023. No prelo.